

	ATA DE REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ACESSIBILIDADE DECRETO 5.296/2004
--	---

Identificação da Reunião

Número/Ano: 19ª Reunião – 03/04/2008	
Início: 10h	Término: 16h
Local: Inmetro – SEPN 511, Bloco B, 4º Andar – Brasília - DF	

Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Alfredo Lobo	Inmetro/Diape	(21) 2563-2835	dqual@inmetro.gov.br
Maria Aparecida Martinelli	Inmetro /Diape	(61) 3340-2211	mamartinelli@inmetro.gov.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Dqual	(61) 3340-2211	ashenriques@inmetro.gov.br
Hélcio Eustáquio Rizzi	CORDE	(61) 3429-3684	hélcio.rizzi@sedh.gov.br
Tadeu José Mendonça	IPEM / MG	(31) 3399-7115	gabinete@ipem.mg.gov.br
Nilzete de Matos Calheiro	IBAMETRO	(71)3594-3080	nilzete@ibametro.ba.gov.br
Emily Maria Santoucy	ANTAQ	(61) 3447-1847	emily.santoucy@antag.gov.br
José Veríssimo da Silva	ANTT	(61) 3410-1477	joseverissimo.silva@antt.gov.br
Thelma Indhira C.Targino	Especialista	(84) 9982-7014	thelmaindhira@hotmail.com
João Alencar Oliveira Júnior	MCidades	(61) 2108-1136	jalencarjr@yahoo.com.br
Ney Barreto Júnior	MCidades	(61) 2108-1123	ney.junior@idades.gov.br
Tadeu José Mendonça	IPEM / MG	(31) 3399-7115	gabinete@ipem.mg.gov.br
Izis Fátima Silva de Lima	IPEM / MG	(31) 3399-7100	isisdelima@yahoo.com.br
Ana Eunice Aleixo	IPEM / AM	(92) 3663-3287	anaealeixo@hotmail.com
Arthur Emílio M. Santa Rita	DPC / MB	(21) 2104-5403	arthur@dpc.mar.mil.br
Jorge Goulart de Araújo	SUR - GO	(62) 3237-3545	jorge@inmetrogo.gov.br
Cristiane Silva Lima	Inmetro / BSB	(61) 3340-2211	cristianelima21@yahoo.com.br
Marcos Barradas	Inmetro / DIPAC	(21) 2563-2877	mbarradas@inmetro.gov.br
Alexandre Trinas de Freitas	Especialista consultor	(21) 2223-0862	trinas@terra.com.br
Ausências Justificadas			

1 – Agenda:

- 1. Abertura**
- 2. Aprovação da ata da 18ª reunião do GT - Acessibilidade;**
- 3. Apresentação do relatório final da pesquisa sobre aquaviário (Alexandre Trinas);**
- 4. Apresentação do Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ - Aquaviário (Marcos Barradas);**
- 5. Fiscalização das Adaptações das Embarcações;**
- 6. Apresentação do Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ - Rodoviário (Marcos Barradas);**
- 7. Informes e encaminhamentos sobre a Revisão da Resolução CONMETRO 01/93;**
- 8. Encaminhamento e discussão sobre o resultado da Pesquisa - possível publicação Caderno Brasil Acessível do MC;**
- 9. Assuntos gerais/ próximos passos.**
 - DNIT,
 - Terminais,
 - Informe sobre a Reatech.

1 – Abertura

A coordenadora do GT-Acessibilidade, Sr^a. Maria Aparecida Martinelli, iniciou a reunião dando boas vindas a todos. Em seguida apresentou os presentes ao Diretor da Qualidade, Dr. Alfredo Lobo.

2 – Aprovação da Ata da 18ª Reunião do GT Acessibilidade e da Pauta desta Reunião.

A Sr^a. Maria Aparecida Martinelli, submeteu à apreciação a Ata da 18ª Reunião do GT Acessibilidade. A ata foi aprovada por unanimidade. O Dr. Alfredo Lobo solicitou que os assuntos 5 e 8 da pauta fossem tratados até às 12 horas, tendo em vista que haveria de dirigir-se ao Rio de Janeiro.

3 – Assuntos Tratados**3.1 - Apresentações dos Resultados da Pesquisa do Sistema de Transporte Aquaviário por Região (Sr. Alexandre Trinas),**

O Sr. Alexandre Trinas reapresentou os resultados obtidos com a pesquisa realizada com base nos questionários sobre embarcações e sobre terminais, aplicados em 182 localidades de todo o território nacional, pela RBMLQ. Esta reapresentação teve por objetivo corrigir alguns dados bem como complementar a apresentação anterior com itens específicos de acessibilidade.

A pesquisa possibilitou equacionar algumas dificuldades como:

- Falta de padronização da frota em operação;
- Elevada incidência de construção artesanal;
- Inexistência de dados sobre os aspectos de acessibilidade dos barcos;
- Necessidade de avaliação em âmbito nacional;

O objetivo da pesquisa, qual seja, o de diagnosticar a situação do transporte aquaviário no Brasil e, assim, subsidiar o Inmetro na elaboração do Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros, conforme determinado no Decreto 5296/2004, foi plenamente atingido.

3.2 - Apresentações do Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ - Aquaviário e do Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ – Rodoviário;

Estes dois temas foram abordados em conjunto.

O Sr. Barradas informou que o **Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações Utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros**, esteve em consulta nacional até o dia 04/11/07 - conforme publicado na Portaria INMETRO / MDIC nº 339, de 31/08/2007 publicada no DOU no dia 04/09/2007- e que recebeu vários comentários. Após análise destes promoveu uma reunião com as principais partes interessadas, tendo surgido muita polêmica especialmente no que se refere a pontos de embarque e rota acessível. Haverá necessidade de realizar mais uma reunião para fechamento das questões. O Sr. Barradas estima que até o final de maio o RTQ deverá estar concluído e publicado.

Com relação ao **Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos de Características Rodoviárias para o Transporte Coletivo de Passageiros**, que também esteve em consulta pública até o dia 04/11/07, conforme Portaria INMETRO / MDIC nº 340 de 31/08/2007 - publicada no Diário Oficial da União no dia 04/09/2007, o Sr. Barradas informou que também realizou análise das manifestações recebidas, as quais foram apresentadas em reunião com as partes interessadas. Informou que se observe consenso sobre o documento e, que, a consultora contratada para elaboração do RTQ, faria os ajustes necessários para a conclusão do documento, o qual acredita, até o fim de abril deva ser publicado.

O Sr. Barradas apresentou 2 fluxogramas do trabalho de acessibilidade. Um para o modal terrestre e outro para o modal aquaviário. Com base nesta apresentação seguiu-se amplo debate.

O Dr. Alfredo Lobo sugeriu que seja analisada a pertinência de um programa híbrido: certificação vinculada à inspeção conjuntamente à declaração do fornecedor. Ressaltou a necessidade de que o Inmetro tenha uma cobertura legal para tornar compulsório o Programa de Avaliação da Conformidade para veículos e embarcações novas, uma vez que o Inmetro não é regulamentador da área e esta tarefa não foi estabelecida no Decreto 5296/2004.

O Sr. Hélcio levantou a hipótese de que a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) talvez possa fazer uma solicitação oficial ao Inmetro. Outra hipótese sugerida, para o modal aquaviário, foi através de convênio com a Marinha.

No período da tarde o Sr. Barradas apresentou em linhas gerais os RTQ's acima mencionados e ainda o Projeto Caminho da Escola, que o Inmetro está desenvolvendo em parceria com o Ministério da Educação. Trata-se de um Programa de Avaliação da Conformidade para ônibus escolares em zonas rurais e cujo próximo passo será o desenvolvimento de um PAC para embarcações. Este programa incluiu requisitos de acessibilidade.

3.3 – Fiscalização das Adaptações das Embarcações;

A Sra. Maria Aparecida contextualizou o assunto, o qual foi debatido na 18ª reunião do GT-Acessibilidade, ou seja, que entidade/organismo deverá realizar a inspeção nas embarcações que sofrerão as adaptações de acessibilidade, conforme determinação do Decreto 5296/2004. Ressaltou que o entendimento geral naquela ocasião teria sido de buscar uma parceria junto à Marinha que já possui autoridade instalada no que se refere à fiscalização de embarcações.

Com a palavra o Comandante Arthur esclareceu que não teve sucesso na tentativa informal do agendamento de uma reunião do Diretor do Inmetro com o Diretor de Portos e Costas, em virtude da intensa agenda de compromissos do seu Diretor. Entretanto, ressaltou que entende que dentro da ampla missão da Marinha (segurança, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição), e, embora requisitos de acessibilidade não sejam da competência desta, acredita ser possível chegar-se a um bom entendimento no encaminhamento do assunto. Sugeriu que o Inmetro envie à Diretoria de Portos e Costas um ofício contextualizando o assunto e solicitando o agendamento de uma reunião com o seu Diretor.

O Dr. Lobo concordou com o encaminhamento e solicitou à coordenação deste GT que elaborasse minuta de ofício.

3.4 – Informes e encaminhamentos sobre a Revisão da Resolução CONMETRO 01/93

O Sr. Barradas informou que a norma **NBR15570 Transporte — Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros** foi publicada. Elogiou a qualidade da norma e entende que esta poderá substituir o **Regulamento Técnico da Qualidade de Carroceria de Ônibus Urbano – Padronização**, aprovado pela **Resolução Conmetro 01/93**. Ressaltou que a FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Carrocerias para Ônibus) solicitou um prazo para adequação tecnológica de alguns requisitos da norma como altura do degrau e tipos de pisos, o que entende, não haverá maiores problemas em atender. A Sra. Maria Aparecida sugeriu ao Sr. Barradas que solicite à FABUS que encaminhe um ofício ao presidente do Inmetro explicitando o seu pleito, com o que este concordou.

O Dr. Alfredo Lobo ressaltou que os Regulamentos podem adotar uma norma na íntegra ou em parte, uma vez que têm total autonomia para modificar / adequar o que se julgar pertinente para atingir os objetivos determinados.

A coordenadora do GT-Acessibilidade, Sra. Maria Aparecida Martinelli, lembrou ao Sr. Barradas a importância de realizar consulta formal ao DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) com a finalidade de verificar se a norma acima referida não entra em choque com algum requisito estabelecido por este Departamento. Só então o Inmetro poderá encaminhar ao Conmetro proposta de adoção da norma substituindo o Regulamento aprovado pela Resolução Conmetro 01/93. O Sr. Barradas incumbiu-se da tarefa de realizar esta consulta.

3.5 – Proposta e encaminhamentos para Ciclo de Seminários e Livro de Acessibilidade

O Diretor da Qualidade ressaltou a importância de se consolidar o trabalho através de uma publicação, a qual poderá inclusive beneficiar outros trabalhos como, por exemplo, o programa Caminho da Escola.

A Sra. Ana Aleixo enfatizou que com a apresentação do Sr. Alexandre Trinas, havia ficado evidenciada a necessidade de uma publicação sobre o trabalho realizado, porque o Brasil não pode abrir mão de conhecer a si mesmo. Neste sentido, defendeu também a importância da realização dos seminários.

O Dr. Lobo solicitou que fosse elaborada proposta para o ciclo de seminários com objetivo, público alvo etc. e também para a publicação, nos moldes do Caderno das Cidades.

O representante do Ministério das Cidades, João Alencar, informou que o Ministério dispõe de recursos para publicação de um Caderno de Diagnósticos. Foi unânime o entendimento de que uma publicação não invalida a outra e que há material para distintas abordagens.

Ficou decidido que o subgrupo, anteriormente criado para analisar as duas questões, irá reunir-se para discutir e elaborar as propostas.

Em seguida, o Dr. Alfredo Lobo pediu desculpas por ter que deixar a reunião, mas antes, ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelo GT. Agradeceu em nome do Inmetro a colaboração de todos, sem a qual o trabalho não estaria sendo tão bem conduzido e vencendo tantos desafios.

3.6 – Assuntos gerais/ próximos passos (DNIT, Terminais, Reatech)

A Sra. Andréa Santini Henriques relatou que a Sra. Ângela Werneck havia encaminhado ao GT um e-mail com alguns questionamentos que o DNIT fizera à ABNT a respeito do que está proposto na norma NBR 15450 – Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário -, e quanto à necessidade de adaptação da regulamentação DNIT a alguns requisitos da norma. Informou também que a ABNT já havia respondido ao DNIT, mas que alguns membros do GT haviam se manifestado no sentido de entender que o GT- Acessibilidade deveria comunicar-se com o DNIT e gostaria de consultar a todos a respeito.

Foi lembrado que o DNIT havia sido convidado a participar tanto do fórum da ABNT quanto no do Inmetro, mas que infelizmente nunca haviam feito representar-se. Houve sim a participação do Ministério dos Transportes, órgão ao qual o DNIT pertence. De todo modo o GT-Acessibilidade entendeu que a Coordenadora do GT deve encaminhar ao DNIT um expediente contextualizando o assunto.

Foi sugerido que se agende uma reunião com o Chefe de Gabinete do Ministério do Transportes em que a coordenadora do GT e outros membros possam contextualizar o assunto, as incumbências conferidas pelo Decreto 5296, além de informar que o Inmetro possui um rico banco de dados sobre a situação dos terminais no Brasil.

A Sra. Andréa informou que nos dias 24 a 27 de abril acontecerá em São Paulo a Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação e Inclusão – REATECH. Mais uma vez a CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, está viabilizando a participação das diversas entidades governamentais envolvidas com o assunto em um *stand* compartilhado.

O Sr. Hércio informou que nos dias 26 e 27 haverá um seminário internacional na própria feira, com pessoas de renome mundial nos temas.

Não havendo nada mais a tratar a coordenadora do GT, Sra. Maria Aparecida agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Andréa Santini Henriques
Secretária Executiva do GT-Acessibilidade